



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

YANE CARLA SILVA DOS SANTOS

**EXPANSÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: traços das relações de
trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência
Social (CRAS) em Campina Grande-PB**

CAMPINA GRANDE
2012

YANE CARLA SILVA DOS SANTOS

EXPANSÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: traços das relações de trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Campina Grande-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Jordeana Davi

CAMPINA GRANDE
2012

S237e Santos, Yane Carla Silva dos.

Expansão e precarização do trabalho: traços das relações de trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Campina Grande - PB./ Yane Carla Silva dos Santos. . – 2012.

34 f.; il, color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Jordeana Davi, Departamento de Serviço Social”.

1. Expansão. 2. Precarização 3. Assistência Social. 4. Centro de Referência de Assistência Social I. Título.

21. ed. CDD 361.3

YANE CARLA SILVA DOS SANTOS

EXPANSÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: traços das relações de trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Campina Grande-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

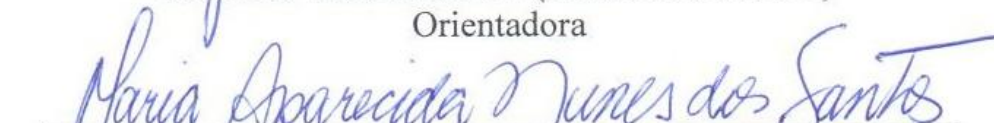
Aprovado em 12 de dezembro de 2012.

Nota: 8,5 (oito e meio)

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Dr.^a Jordeana Davi (DSS/CCSA/UEPB)
Orientadora



Prof.^a/Ms. Maria Aparecida Nunes dos Santos (DSS/CCSA/UEPB)
Examinadora



Prof.^a Dr.^a. Moema Amélia Serpa Lopes (DSS/CCSA/UEPB)
Examinadora

CAMPINA GRANDE
2012

Dedico este trabalho aos que lutam por uma nova forma de sociabilidade, mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pois é a força oculta que me faz ir adiante, superando os obstáculos que a vida nos impõe e tirando destas, lições que contribuem para o meu amadurecimento; por colocar pessoas maravilhosas em minha vida, provando que podemos sim ter muitos amigos verdadeiros; por renovar minha fé sempre que o medo do futuro se sobrepõe a força que temos que ter no presente para subirmos um degrau na vida e, principalmente, por me mostrar que a humildade é sempre o mais nobre dos sentimentos.

Agradeço aos meus pais: Fátima e Bira, peças fundamentais na formação do ser humano que sou hoje e por serem, cada um a seu modo, os melhores pais que puderam. Aos demais familiares, em especial Joyce e Taty, que suportaram comigo os dias de labuta, e por serem, além de irmã e prima, amigas e cúmplices de todos os momentos.

Agradeço aos meus grandes amigos Karol Góes, José Crispim e Valdízia Karen, pelos momentos incríveis que passamos de debates, conversas, confidências, alegrias e força, são pessoas fundamentais em minha vida e que de uma forma doce se tornaram inesquecíveis. A Ilane Julião, Gabii Cavalcante, Galba, Vanessa Cássia, Katiane Izídio, Rogério Patriota, Maria Alice, Thaís Aranha, Vanessa Cordeiro, Kamila Ferreira, Whelton Brito, Kamilla Dantas e Juliana Kelly por compartilharem comigo os meus e os seus melhores momentos. Nesse aspecto da minha vida Deus não mediu esforços em me conceder os melhores amigos que alguém pode ter ou pedir.

As Professoras: Socorro Pontes, Cibelly Michalane e Sheyla Suely por terem contribuído expressivamente em minha formação acadêmica (seja em sala ou em outros espaços acadêmicos). A Genise Pereira e Rosângela Florêncio minhas supervisoras de campo de estágio, pessoas com quem aprendi muito acerca da prática profissional do Serviço Social. As professoras Moema Serpa e Cida Nunes, por terem se disponibilizado a participar da banca examinadora.

E, principalmente, a minha orientadora, Jordeana Davi, por ter sido peça fundamental, não apenas na construção deste trabalho de conclusão de curso, mas por ter me proporcionado experiências acadêmicas incríveis, e ter desempenhado papel fundamental em minha formação profissional.

A todos, o meu mais sincero: **MUITO OBRIGADA!**

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 01:	Ano de implantação do CRAS	25
Gráfico 02:	Sexo	25
Gráfico 03:	Jornada de trabalho semanal	26
Gráfico 04:	Forma de ingresso do Assistente Social no CRAS	27
Gráfico 05:	Vínculo empregatício do Assistente Social	28
Gráfico 06:	Tempo de trabalho na instituição (prefeitura)	28
Gráfico 07:	Tempo de trabalho no CRAS	29
Gráfico 08:	Salário	30
Gráfico 09:	Possui outro vínculo empregatício	30
Quadro 01:	Distribuição dos serviços socioassistenciais no município de Campina Grande, de acordo com os níveis de proteção e quantidade de Assistentes Sociais	23

LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEAPS	Grupos de Estudo, Pesquisa e Assessoria em política Social
GETRAPS	Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social
IBGE	Instituto Brasileiro
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas
PCCS	Planos de Carreira, Cargos e Salários
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROPESQ	Programa de Incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

“Trabalhadores do mundo uni-vos.”
(Karl Marx)

EXPANSÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: traços das relações de trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Campina Grande-PB

SANTOS, Yane Carla Silva dos

RESUMO

Este artigo integra os resultados da pesquisa “As configurações do trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios de João Pessoa e Campina Grande- PB”, realizada no período de agosto de 2011 a agosto de 2012, vinculado ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Política Social. Neste artigo, apresentamos a particularidade das relações de trabalho do assistente social dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Campina Grande-PB. Utilizamos, para a apreensão e análise, o método crítico dialético, a fim de apreender os rebatimentos das transformações societárias no mundo do trabalho. Neste sentido, considerando a particularidade da Política de Assistência Social, esta pesquisa revela que há uma expansão dos espaços sociocupacionais no SUAS destinada aos assistentes sociais, a partir de 2004, com a implantação dos CRAS no município, entretanto, com condições de trabalho precárias como: baixo salário, rotatividade, não realização de concurso público e vínculo empregatício que não garante estabilidade.

Palavras-chave: expansão, precarização, Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar as relações de trabalho das assistentes sociais inseridas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Campina Grande- PB. O interesse pela temática relaciona-se a participação na Pesquisa integrada, intitulada **“TRABALHO, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: as configurações do trabalho do Assistente Social no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS), nos municípios de João Pessoa e Campina Grande- Paraíba”**, vinculada aos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Política Social (GEAPS) e pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A inserção nesta pesquisa se deu por meio do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), como aluna de Iniciação Científica, na cota 2011-2012.

As exposições apresentadas neste artigo integram os resultados do Subprojeto 2: **As configurações do trabalho do Assistente Social no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em João Pessoa e Campina Grande**, no qual abordamos as relações e as condições

de trabalho dos assistentes sociais inseridos nos serviços socioassistenciais da proteção social básica e especializada. Neste artigo abordaremos as relações de trabalho dos assistentes sociais inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social, por representarem a unidade pública estatal de prestação dos serviços socioassistenciais do SUAS sendo o serviço mais expressivo da proteção social básica, constituindo-se a “porta de entrada” no SUAS, e por incorporarem uma quantidade expressiva de assistentes sociais, posto que o CRAS “executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social” (PNAS, 2004, p.35). Nesse sentido, pode-se dizer, também, que foram esses os motivos para que fosse realizado o recorte dos dados obtidos com a pesquisa do subprojeto 2, analisando-se apenas os CRAS.

Os dados obtidos para a realização deste artigo foram retirados dos questionários do subprojeto 2¹, sendo realizada uma nova tabulação – apenas dos questionários aplicados as assistentes sociais que trabalham nos CRAS-, posto que o mesmo abrange o SUAS, não havendo a separação dos dados de acordo com o serviço, programa ou projeto.

As reflexões, aqui levantadas, corroboram a tendência dos estudos acerca da precarização na formação e no exercício profissional, relacionando-a as determinações das transformações societárias do capitalismo contemporâneo, com seus traços periféricos.

Partindo das configurações expressas no modo de produção capitalista a partir da crise estrutural do capital desencadeada na década de 1970, até os dias em curso, é possível ressaltar que as respostas à crise consistem numa “estratégia articulada sobre o tripé: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal*” (NETTO ; BRAZ, 2011, p. 224; grifo dos autores).

O taylorismo/fordismo consiste no período anterior a crise, o modelo de organização da produção e gestão do trabalho dominante - caracterizado pela produção em massa- que “vigora na grande indústria, ao longo de praticamente todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década” (ANTUNES, 1999, p.36). Com a estratégia da reestruturação produtiva, este modelo é substituído pelo *toyotista*, caracterizado pelo trabalho flexível.

A outra estratégia - a financeirização do capital - por sua vez, ocorre graças às transações financeiras que se tornam preponderantemente especulativas, não se reduzindo, conforme Iamamoto (2011, p.108), a “mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas”, vai, além disso, “o fetichismo dos mercados financeiros, que apresenta as finanças como potências autônomas diante das

¹ O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UEPB, de acordo com a resolução nº 196/96 - Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado em 08/06/2011.

sociedades nacionais escondem o funcionamento e a dominação operada pelo capital transacional e investidores financeiros” (IAMAMOTO, 2011, p. 109).

Em conjunto, com essas estratégias o grande capital promove e patrocina a disseminação maciça do ideário que se alastrou sob a denominação de neoliberalismo, posto que é uma ideologia que legitima o projeto do capital monopolista de romper com as limitações sociopolíticas que restringem a sua liberdade de movimento. Tem-se como alvo primordial o Estado, nesse sentido, difunde-se a ideia de que o mesmo precisa ser reformado, nesse momento, promove-se um intenso processo de ofensivas e “satanização” da regulação estatal na sociedade (IAMAMOTO, 2011).

Essa ideologia influencia fortemente os países periféricos, impondo abertura econômica e alfandegária, a financeirização e imposições de caráter privatista, somado a redução dos gastos sociais, posto que estes passam a direcionar parte da sua receita pública ao pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Na particularidade brasileira este processo ocasiona intensas implicações à classe trabalhadora, tanto no que concerne as relações e condições de trabalho, quanto ao trato do Estado frente às expressões da “questão social”. Nesse sentido, Mota (2007, p. 129) destaca que “enquanto a mercantilização da saúde e da previdência precariza o acesso aos benefícios e serviços, a assistência social se amplia, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social”.

Tendo em vista o presente objeto de estudo - as relações de trabalho das assistentes sociais² que trabalham nos CRAS, no município de Campina Grande - procuramos nos apoiar na teoria social crítica, uma vez que a mesma possibilita a apreensão da historicidade, da contradição e da totalidade, indispensáveis para desvendar e se aproximar do real, pois conforme Netto (2009, p. 07), “o conhecimento teórico é o conhecimento *tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva”, demonstrando “*a reprodução do movimento real do objeto pelo sujeito*”, ou seja, o material transposto para a mente do ser humano e por ele interpretado, indo além do que é demonstrado a priori, visando compreender a essência do objeto e após a sua conclusão se pode descrever, sensatamente, “o movimento real” do mesmo.

Nessa perspectiva, e tendo em vista a relevância do problema proposto, procuramos compreender o entendimento da dinâmica histórica e social ao qual se expressam a

² Por serem identificadas nos CRAS do município de Campina Grande apenas assistentes sociais do sexo feminino utilizaremos neste artigo “as assistentes sociais”.

particularidade da configuração das relações de trabalho nas políticas sociais, particularmente no SUAS.

Para a análise das relações de trabalho das assistentes sociais dos CRAS, foram eleitos os seguintes indicadores: ano de implantação do CRAS, sexo, jornada de trabalho semanal, forma de ingresso do assistente social, tempo de trabalho na instituição (prefeitura), tempo de trabalho no CRAS, salário e possui outro vínculo empregatício, por possibilitarem apreender se há a expansão e a precarização do trabalho deste profissional no espaço sociocupacional estudado.

Recorremos à pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No tocante a pesquisa de campo, as unidades empíricas de análise constituíram os CRAS, no município de Campina Grande, na quantidade de sete CRAS. Os sujeitos da pesquisa consistiram nas assistentes sociais inseridas neste espaço socioassistencial, totalizando 24 assistentes sociais. No entanto, em função de algumas dificuldades como: acesso, licença de saúde, entre outros, alcançamos um número de 12 assistentes sociais, representando 50% do total destes profissionais.

O instrumento de coleta de dados consistiu na aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas as assistentes sociais inseridas nos CRAS no município de Campina Grande- PB, no período de Março a Maio de 2012.

2. TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

As reflexões desenvolvidas sobre a categoria trabalho vêm ganhando espaço expressivo no Serviço Social, nos últimos anos, fruto das transformações societárias e suas implicações para o mundo do trabalho, bem como a maturidade teórica da profissão, que vem se debruçando sobre este objeto a partir da teoria crítica. Nesta perspectiva, para análise do tema proposto consideramos duas premissas: primeiro, a premissa ontológica, o trabalho enquanto fundante do ser social, pois conforme Netto (2007, p.34), “foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal”, e é através do trabalho, da modificação da natureza pelo homem que surgem as relações sociais. Assim, temos em Marx (2002, p. 211) que:

o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Ou seja, o trabalho passa a ocorrer no momento em que o homem modifica a natureza, cria ferramentas e age sobre ela, transformando-a e transformando a si mesmo.

A outra premissa, é de ordem política e econômica: as transformações ocorridas no capitalismo, a partir dos anos 1970, impõem mudanças radicais em torno do trabalho, exige-se um trabalhador com características adversas das que existiam em seus primórdios: “*qualificado, participativo, multifuncional, polivalente*, dotado de ‘maior realização no espaço de trabalho’ (ANTUNES, 1999, p.48, grifo do autor).

Segundo Netto (2011, p.202) as transformações no Modo de Produção Capitalista dividem-se em três fases:

a fase “clássica” que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os “*anos dourados*”, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos setenta aos dias atuais. (NETTO ; BRAZ, 2011, p.202)

Dessa forma, faz-se importante salientar que essas transformações do modo de produção capitalista visavam o aumento do lucro e maior extração da mais-valia. Deste modo, pressupõe-se que as novas exigências no mundo do trabalho advêm da necessidade do capitalismo em apropriar-se exacerbadamente da força de trabalho e, além disso, reduzir os gastos com a manutenção da mesma (NETTO; BRAZ, 2011).

Feitas essas observações iniciais abordaremos, a seguir, a discussão sobre o capitalismo contemporâneo e as implicações para o trabalho, o Estado e as políticas sociais neste estágio do modo de produção capitalista.

O capitalismo contemporâneo inicia-se nos anos 1970, com a crise que ocorreu na passagem da década 1960 a 1970, pondo fim as estruturas políticas, econômicas e sociais que lhe davam sustentação. Desenvolve-se hoje como modelo de produção predominante o toyotista³, que impõe novas necessidades ao mercado de trabalho. Nesse momento, exige-se um trabalhador especializado, capaz de atuar em diversas funções; a consciência de classe se torna frágil, uma vez que é intensamente atacada pela influência da ideologia neoliberal. Os trabalhadores não se veem mais enquanto “classe para si”; há a retração dos gastos com as políticas sociais; a terceirização e o aumento de desemprego (NETTO; BRAZ, 2011).

Harvey (2011), a respeito disso, ressalta que

³ Alves (2000, p.31) destaca que “no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo”.

essa mudança tem importantes implicações. As coordenações de mercado (frequentemente do tipo subcontratação) se expandiram em prejuízo do planejamento corporativo direto no âmbito do sistema de produção e apropriação da mais valia. A natureza e a composição da classe trabalhadora global também se modificaram, o mesmo ocorrendo com as condições de formação de consciência e de ação política. [...] Do mesmo modo, aumentou a base social de ideologias de empreedimentismo, paternalismo e privatismo. (HARVEY, 2011, p.179)

Nesse sentido, o capital começa a agir sobre o movimento sindical, que balizou o sistema de regulação social presente no *Welfare State*. O argumento utilizado era o de que as conquistas deste movimento eram responsáveis “pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às suas demandas salariais”. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 225). No circuito produtivo, o modelo de produção típico dos “anos dourados”, taylorismo/fordismo, dá lugar à acumulação flexível. Que se apoia na:

flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional. (HARVEY, 2011, p.140)

As relações de trabalho se tornam mais precárias e a consciência coletiva dos trabalhadores é constantemente “bombardeada” pela ideologia neoliberal. Promove-se um desemprego estrutural conjugado a flexibilização do trabalho. As contratações temporárias, os subcontratos e a retração dos direitos trabalhistas são marcos desse trabalho flexível⁴.

Como ressalta Behring (2003, p.214-215):

um pressuposto para a implementação de medidas de natureza claramente regressiva para os trabalhadores seria imprimir derrotas políticas ao seu movimento organizado, tal como Thatcher tratou a greve dos mineiros na Inglaterra, ao lado da retomada de “taxas naturais” de desemprego, a partir da introdução de novas tecnologias. Nesse sentido, também operam estratégias de *passivização* dos trabalhadores, com o objetivo de derruir sua identidade de classe. A exemplo disso destaca-se o discurso da qualificação para gerar empregabilidade.

Nesse sentido, duas considerações podem ser destacadas. Primeiro, o trabalhador perde a representatividade e o poder de organização, tendo em vista que a sua integração

⁴ Esse processo de flexibilização passa a ser condição determinante do trabalho precário no atual contexto, deixa de ser uma tendência e se incorpora às atuais formas de gestão do trabalho.

enquanto classe torna-se falha, se considerada a rotatividade dos profissionais nos postos de trabalho e o enfraquecimento sindical, posto que o maciço desemprego é transformado em “fenômeno permanente” e natural, “como se não houvesse alternativa que a de conviver com ele” (NETTO e BRAZ, 2011, p. 230). E segundo, o capitalismo se exime da responsabilidade pelo acréscimo exagerado das taxas de desemprego, posto que imputa ao trabalhador a responsabilidade de se qualificar para as exigências do mercado.

Outra característica expressiva no contexto atual do capital é o acréscimo exacerbado da dívida pública, que de acordo com Husson (apud, IAMAMOTO, 2011, p.117-118), os recursos financeiros advindos da produção, que são absorvidos através de arrecadações de impostos e canalizados para o pagamento da dívida pública “tornam-se cativos das finanças, que se apropriam do Estado, paralisando-o. Este passa a ser ‘reduzido’ na satisfação das necessidades das grandes maiorias”, posto que o fundo público nutre o mercado financeiro.

Tem-se aí o significado dos programas de ajustamento estrutural contra o desenvolvimento, impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, aos países devedores. Eles impõem ao re-escalamento dos empréstimos condicionais à aplicação de políticas econômicas favorecedoras da entrada de divisas necessárias ao pagamento da dívida. Todas as medidas são voltadas para a maximização do fluxo líquido de capitais, tendo em vista a “indústria” da dívida e os programas de ajuste são erigidos como um *modelo universal de crescimento*. Visam abrir as economias dos países, priorizando as exportações, apoiadas na “abordagem monetária da balança de pagamentos”, que preconiza aos países endividados não se protegerem, não estimularem a emissão das moedas, não controlarem a saída de capitais. Impõe a redução da massa salarial pública e da despesa pública, afetando os programas sociais, a eliminação de empresas públicas não rentáveis, exacerbando as desigualdades de rendimentos e o aumento da pobreza. (Ibid, 2011, p.118)

Nessa perspectiva, importa salientar que a influencia do ideário neoliberal não se deu uniformemente nos países de capitalismo central e nos países periféricos, posto que “o impacto do triunfo neoliberal no leste europeu tardou a ser sentido em outras partes do globo, particularmente, pode-se dizer, aqui na América Latina, que hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais” (ANDERSON, 2008, p.19), sentiu-se um acréscimo das diferenças sociais.

Na década de 1980 as medidas do ideário neoliberal nos países capitalistas centrais, além de não resolver a crise teve efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora. Conforme Behring e Boschetti (2008, p.127) “provocaram aumento de desemprego, destruição de postos de trabalho não qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão de obra e redução de gastos com políticas sociais”.

O Brasil, por sua vez, apresenta particularidades históricas, sociais e políticas que se faz necessário destacar como: a origem colonial, a estrutura latifundiária, a cultura escravista e a dívida externa que, ao longo da história, condiciona o país a uma relação de submissão ao capital internacional, e, conseqüentemente, uma permeabilidade aos pressupostos da ofensiva neoliberal (SILVA, 2009).

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, que incorpora avanços importantes no tocante aos direitos sociais e traz pela primeira vez o conceito de Seguridade Social. Behring e Boschetti (2008) destacam que a constituinte foi resultado de um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, como destaque para a Seguridade Social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu o adjetivo de “Constituição cidadã” de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortemente traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil, por ser um país que acabara se sair de uma ditadura militar (BEHRING E BOSCHETTI, 2008).

Entretanto, dos anos 1990 até os dias em curso ocorre um processo de contrarreforma do Estado e de “obstacularização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 147).

A década de 1990 é marcada pela disseminação do ideário neoliberal no Brasil, que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, teve como direção política, econômica e social a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRE), elaborado por Bresser Pereira, em 1995, então Ministro da Administração e Reforma do Estado. Neste contexto, o argumento de ineficiência estatal ganha amplitude, e a política de privatização, flexibilização e desregulamentação assevera-se (BEHRING, 2008). É visível que a mudança mais adjacente do Estado “é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas ‘funções legitimadoras” (NETTO, 2010, p.16), nesse sentido, as atividades inerentes ao Estado de garantia de direitos sociais, até então, passam a ser transferidas à sociedade civil. Nos dois mandatos deste governo foram adotadas as medidas de orientações do Consenso de Washington, que promoveram as privatizações das empresas estatais e das políticas sociais, a desregulamentação do trabalho e o desmonte das políticas sociais, sobretudo as políticas que compõem a seguridade social (saúde, previdência e assistência social).

Em 2003, assume o governo, o representante do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio Lula da Silva. Havia uma esperança de algumas mudanças no campo da política por este governo, no entanto, as medidas adotadas nos dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010) mantiveram a orientação macroeconômica adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, destaca-se, entre elas: a entrega da “direção do Banco Central a um ex-servidor do Bank of Boston, implementando a *Lei de Responsabilidade Fiscal*, [...] exigida por instituições como o FMI e o Banco Mundial” (NETTO, 2010, p.25), não alterou a série histórica dos gastos com a saúde, promoveu uma hipertrofiação da política de assistência social, com suas características focalizadas e seletivas. Promoveu, ainda, um intenso processo de centralização/concentração de capital por parte do governo federal, “oferecendo vultosos recursos financeiros a grandes grupos capitalistas para investimentos no país e no exterior” (NETTO, 2010, p. 26). Da política focalizada e seletiva deste governo, destaca-se o Programa Bolsa Família⁵, “carro chefe” da política social, que coopta “os procedimentos de gestão e execução de transferência de renda⁶” (NETTO, 2010, p. 27) e tem custo ínfimo para o governo se comparado aos gastos com a dívida pública.

Reiterando o exposto, Mota (2010, p.21) ressalta que a:

a era Lula é palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Note-se que na primeira etapa do seu mandato foram realizadas contrarreformas da previdência e da educação, concomitantemente ao aumento das taxas de juros; enquanto que no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e o aumento do salário mínimo. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes.

Assim, observa-se que “a desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do ‘Estado mínimo’ pretende, fundamentalmente, ‘o Estado máximo para o capital’ (NETTO, 2010, p.17). Com os preceitos advindos do neoliberalismo Silva (2009) destaca que:

o mercado deve voltar-se para o cidadão consumidor; aquele que por mérito e competência pessoal tornou-se apto a adquirir serviços privados de primeira qualidade, como saúde, educação e previdência. O Estado, através

⁵ Este programa está voltado às famílias “em situação de pobreza” e de “extrema pobreza”

⁶ Trata-se de um programa cujo custo comparado ao conjunto orçamentário da União, é muito baixo: em 2009, não passou da casa dos 12,4 bilhões de reais – enquanto, por exemplo, as despesas com o serviço da dívida (juros e amortizações, e inclusive o refinanciamento) consumira, 380 bilhões de reais. (NETTO, 2010, p.27)

de uma assistência pública “básica” – emergencial, focalizada e seletiva – deve voltar-se para o cidadão pobre: aquele que, apesar de inserido no mundo do trabalho, não está apto a comprar tais serviços. Finalmente, pela via do solidarismo seriam atendidos aqueles que estão excluídos dos benefícios do trabalho, do mercado e do Estado, socorridos pela iniciativa esporádica e espontaneísta de uma extensa rede de solidariedade. (SILVA, 2009, p.32)

Com isso, o investimento na Política de Assistência Social se intensifica, em detrimento, das demais políticas públicas. É nesse sentido que Mota (2007) ressalta a expansão da assistência tendo em contrapartida a privatização da previdência, da saúde e da educação, posto que as políticas que integram a seguridade social brasileira estejam “longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção”, estas, “adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória” (MOTA, 2007, p.129): da privatização de uma e da expansão da outra.

Essa contradição significa uma complexa relação entre avanço e retrocesso na Seguridade Brasileira. Ao mesmo tempo em que ela apresenta um processo de desmonte como é visto com a privatização da previdência e da saúde configura uma expansão da Assistência Social, principalmente quando consideramos a expansão dos programas de transferência de renda e a criação do SUAS. (DAVI, et al, 2012).

Nessa perspectiva, Mota (2007) reitera que não há coincidência no fato de a Assistência Social adquirir centralidade como mecanismo de enfrentar as desigualdades sociais, posto que ocorre em um período onde a assistência social além de ser uma política de proteção social se constitui num “mito social”. Explica que isto se dá “menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata” e “mais pela sua condição de ideologia e prática política” (MOTA, 2007, p.134).

A assistência social desenvolve esse papel em uma conjuntura de reestruturação, momento em que a classe hegemônica se utiliza de consensos imprescindíveis e imperiosos para dar sustentação ao seu processo de crescimento. Nesse aspecto, a assistência social desenvolve um papel ideológico de suma importância na elaboração deste consenso, sobretudo, se analisarmos a sua função de reprodução social das relações sociais do sistema capitalista como política constitutiva da Seguridade Social (MOTA, 2007).

2.1. A política de Assistência Social no Brasil a partir Constituição Federal de 1988

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a assistência social passa a integrar o Sistema da Seguridade Social, se constituindo, juridicamente uma política pública, com recursos definidos e juridicamente reclamável. Somente em 1993 é que os artigos referentes à assistência social são regulamentados através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). No Art. 1º da LOAS, a Assistência Social é prevista como direito do cidadão e dever do Estado, “é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. No entanto, em que pese esse avanço legal no Brasil, o que assiste-se nos anos 1990, foi uma completa desqualificação e esvaziamento do conteúdo da LOAS e conseqüentemente, dos direitos previstos nesta legislação, frente as determinações econômicas antes abordadas. Houve uma hipertrofia do Programa Comunidade Solidária, coordenada pela Primeira Dama Ruth Cardoso, que substituíu, de forma seletiva e focalizada, o conteúdo da LOAS (BEHRING, 2008).

No governo FHC foi disseminado a ideia de que o Estado deveria intervir nas expressões da questão social em parceria com a família e a sociedade civil⁷. No governo Lula, essa ideia permanece, entretanto, a assistência social passa por um processo de reorganização administrativa e política, sendo o carro chefe das políticas sociais.

Nesse sentido, é aprovado em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social o Sistema Único de Assistência Social, com dois níveis de proteção social: a básica⁸ e especial (dividida em média e alta complexidade), visando à garantia de segurança de sobrevivência, acolhida e convívio ou vivência familiar.

Para caracterizar a assistência social como política pública deve-se considerar o processo de implementação do SUAS no Brasil, pois o contexto sociopolítico e a processualidade histórica estrutural das políticas sociais devem ser apreendidas a partir da relação que o Estado estabelece com a sociedade no marco das exigências do processo de acumulação no capitalismo monopolista, e do ângulo das deliberações políticas, e os movimentos políticos de luta das classes trabalhadoras pela conquista e garantia concreta de direitos sociais para a população (PAIVA, 2009).

⁷ Dando maior atenção às ações assistenciais e atribuindo a elas uma característica de favor, ajuda, filantropia, cuja ações eram focalizadas

⁸ Conforme a PNAS/2004, a proteção social básica tem por objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos e a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontra em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substância psicoativas, cumprimento de medida sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros.

Nessa mesma direção, Merstriner (apud, SITCOVSKY, 2010) ressalta que a reforma do Estado estreada no governo FHC, e aprofundada com peculiar requinte pelo governo Lula⁹, mostra claramente a tendência a legitimar “novas” formas privadas de provisão social, por meio de “velhas” formas de solidariedade, o que caracteriza uma expansão refuncionalizada da assistência social.

Conforme Mota, et. al (2009, p.170), em face do redimensionamento da Assistência Social e do agravamento da pobreza, esta política aparenta ter centralidade como estratégia de enfrentamento das expressões da “questão social”, posto que em períodos de crise, “a assistência social incide tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados, os desqualificados para o mercado de trabalho, além dos tradicionalmente considerados inaptos para produzir”.

Feitas essas considerações acerca da Política Social, será abordada adiante, discussões sobre o Serviço Social, uma vez que esta pesquisa enfatiza o trabalho do assistente social nesta política.

2.2. Implicações das transformações societária para o Serviço Social

Diante do contexto das transformações societárias, o/a assistente social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho sente as implicações destas transformações, tanto no tocante ao mercado de trabalho, uma vez que o Estado consiste no maior empregador desta profissão no Brasil, quanto nas relações de trabalho, uma vez que seu estatuto de trabalhador também sofre as mudanças imposta ao mundo do trabalho como nas respostas profissionais as demandas apresentadas. Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2008, p. 99) ressaltam que frente ao “crescente processo de expropriação a que estão submetidos os trabalhadores no movimento de expansão do capital sua pauperização tende a aumentar em relação ao crescimento acelerado do capital”.

Se, como defende Netto (2011, p.70), o fundamento que legitima a emergência do Serviço Social está relacionado à ordem “monopólica” do modo de produção capitalista, mais especificamente, “a criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta”, o contexto de transformações contemporâneas desta ordem vai implicar, também, para esta profissão. Assim, destaca-se o seu caráter socialmente determinado. Deste modo, as alterações no mundo do trabalho, a partir da crise da década de 1970, ancoradas na

⁹ Seguido também pelo governo Dilma Roussef (2011-2014).

ideologia neoliberal, levam a profissão a um duplo processo de sucateamento: do e no trabalho (GUERRA, 2010).

A autora destaca que o exercício profissional deste trabalhador tem na “flexibilização uma forma de precarização de seu trabalho tanto como segmento da classe trabalhadora quanto como profissional que atua no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais” (GUERRA, 2010, p.719). Já, Raichelis (2010), ao apreender esta problemática, ressalta que esta questão, atenta para o “duplo” movimento desta precarização, o agravamento da questão social, resultante do processo de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista e da ideologia neoliberal, trazem implicações no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais trabalha, quanto no mercado de trabalho, sofrendo os rebatimentos que as metamorfoses das relações de trabalho trazem para o trabalhador assalariado na sociedade contemporânea.

Iamamoto (2011) reitera o exposto ressaltando que esta autonomia é tensionada pelas exigências dos empregadores, tanto no que se refere aos propósitos do seu trabalho, as demandas e regulamentações específicas sobre o seu exercício profissional, como no que concerne à organização do trabalho, funções, atribuições e políticas de gestão da força de trabalho e determinações contratuais, como a jornada de trabalho e o salário, embora seja uma profissão cujo respaldo jurídico (Lei que regulamenta a profissão e Código de Ética) balisa a possibilidade de direção social do seu exercício profissional, decorrente desta relativa autonomia que dispõe o/a assistente social.

Alencar e Granemann (2009, p.162), ainda, chamam atenção para uma ofensiva mais recente que é o processo da “assistencialização e financeirização das políticas sociais”, posto que implica em um processo de “desvalorização e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo”.

Tendo em vista que o Serviço Social sente, como qualquer outra profissão, os rebatimentos da ofensiva do capital sobre o trabalho, ligada a ordem monopólica do capital, faz-se importante apreender os fundamentos, para subsidiar a compreensão das relações de trabalho deste profissional no espaço sociocupacional, CRAS do município de Campina Grande- PB.

3. RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB

Para discorrer acerca das relações de trabalho dos assistentes sociais nos CRAS no município de Campina Grande, faz-se necessário apresentar alguns indicadores sociais do

referido município, de modo que nos situem do lugar que estamos falando, sem desconsiderar a sua relação com o contexto nacional.

Campina Grande é o segundo município com maior população do estado da Paraíba. Sua população chegou a 385.213 mil habitantes (IBGE, 2010), e o seu PIB a R\$ 3,4 bilhões, o equivalente a 13,22%, do PIB da Paraíba - R\$ 25,7 bilhões (IBGE, 2008).

O órgão responsável pela gestão, planejamento e execução dos serviços socioassistenciais do SUAS, nesse município, é a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Conforme a NOB/SUAS (2005), este município encontra-se habilitado na Gestão Plena¹⁰ do SUAS, uma vez que o município atende os critérios estabelecidos nesta Norma, como gestão total das ações de Assistência Social, sejam estas ações financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social ou oriundas de isenção de tributos, além disso, cumpre o que dispõe a LOAS, como funcionamento do Conselho de Assistência Social, do Fundo de Assistência Social, do Plano de Assistência Social, e do direcionamento dos recursos próprios do orçamento para o desenvolvimento das ações socioassistenciais dos níveis de gestão básica e especial.

Conforme quadro 1, este município conta com 07 serviços, nos três níveis de proteção social e 51 assistentes sociais inseridos nestes serviços.

QUADRO 1: Distribuição dos serviços socioassistenciais no município de Campina Grande, de acordo com os níveis de proteção e quantidade de Assistentes Sociais

PROTEÇÃO SOCIAL	SERVIÇO	UNIDADE	Quantidade de A. S.
BÁSICA	Serviço de proteção e atendimento integral a família (PAIF)	CRAS – Jeremias	3
		CRAS – Catolé	4
		CRAS – São José da Mata	3
		CRAS – Malvinas	3
		CRAS – Catingueira	3
		CRAS – Ramadinha	4
		CRAS – Nova Brasília	4
	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Centro de conviver do idoso	4
TOTAL			28
ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)	PETI – Programa de erradicação do trabalho infantil	4
	CREAS		2
	Serviço de Proteção	CACE	1

¹⁰ A NOB/SUAS (2005) prevê três níveis de gestão para o SUAS: Gestão Inicial, Gestão Básica e a Gestão Plena

	Social especial para pessoas com deficiência, Idosos e suas Famílias	ICAE	1	
	Serviço especializado em abordagem social	Ruanda	7	
		SINTA	3	
TOTAL			18	
ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	Serviço de acolhimento institucional	Casa – Lar República	Casa da Esperança I	1
			Casa da Esperança II	1
			Casa de Passagem	1
		República	Albergue Irmão Zuleide Porto	2
TOTAL			5	
TOTAL DE PROFISSIONAIS			51	

Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012, p.61.

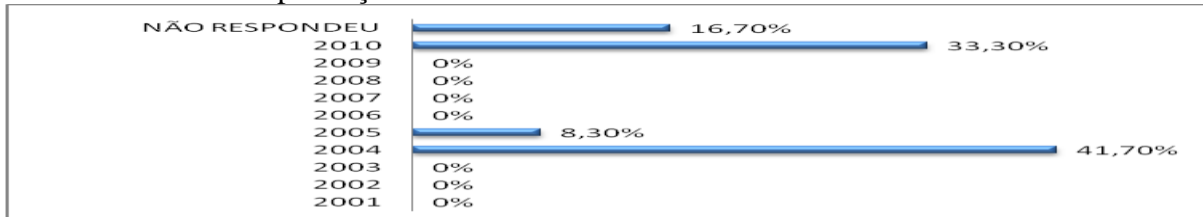
Segundo a NOB/SUAS (2006), o CRAS deve ser estruturado de acordo com o porte¹¹ do município. Campina Grande, que é município de grande porte, possui 7 CRAS¹², referenciando 35 mil famílias. Os serviços ofertados pelo CRAS pauta-se na troca de informações sobre questões referentes à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e a deficiência, objetivando promover a troca de experiências, expressão de dificuldades e o reconhecimento de possibilidade e tem como princípios norteadores deste serviço a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente ao Estado a sua implementação, conforme a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Feito estas breves considerações acerca da estrutura dos CRAS, abordaremos, a seguir, a configuração das relações de trabalho dos Assistentes Sociais neste espaço socioassistencial no município de Campina Grande- PB. Visando apreender o objetivo do artigo, elegemos os seguintes indicadores para aproximar da compreensão do objeto: ano de implantação do CRAS, sexo, jornada de trabalho semanal, forma de ingresso do assistente social no CRAS, vínculo empregatício de assistente social, tempo de trabalho na instituição (prefeitura), tempo de trabalho no CRAS, salário e possui outro vínculo empregatício.

¹¹ Pequeno Porte I- mínimo de um CRAS para até 2.500 famílias referenciadas, Pequeno Porte 2- mínimo de um CRAS para cada 3.500 famílias referenciadas, Médio Porte – mínimo de dois CRAS cada um para até 5.000 famílias referenciadas, Grande Porte - mínimo de quatro CRAS cada uma para até 5.000 famílias referenciadas.

¹² Conforme a NOB-RH/SUAS a equipe de referência dos CRAS dos municípios de grande porte deve ser formada pelos seguintes profissionais: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 profissionais assistentes sociais, 1 psicólogo e um profissional que compõe o SUAS e 4 quatro técnicos de nível médio.

Gráfico 1: Ano de implantação do CRAS

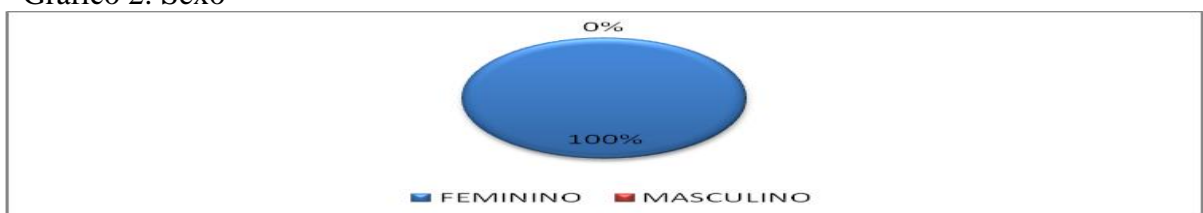


Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

Quanto ao ano de implantação dos CRAS no município, a pesquisa mostra que se deu em 2004¹³, ano de implantação do SUAS no Brasil, com 41,70% do total de unidades implantadas no período de 2004 a 2010; em 2005, 8,30%; expandindo-se em 2010 com 33,30%. O processo de implantação do SUAS, particularmente com a implantação dos CRAS, promove uma expansão do mercado de trabalho para o assistente social, uma vez que de acordo com a NOB/RH/SUAS (2006), o assistente social compõe a equipe mínima do CRAS. Nesse sentido, o senso CRAS (BRASIL, 2009) mostra que este serviço está presente em 77,8% dos municípios brasileiros, e a região Nordeste apresenta o maior percentual (92,7%) de cidades com pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social.

Acerca dessa expansão do mercado de trabalho do assistente social, cabe relacionar, também, a expansão do mercado de trabalho feminino, posto que identificou-se que 100% dos profissionais de Serviço Social do CRAS do município de Campina Grande- PB são do sexo feminino (Gráfico 1) que recebem entre um e dois salários mínimos.

Gráfico 2: Sexo



Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

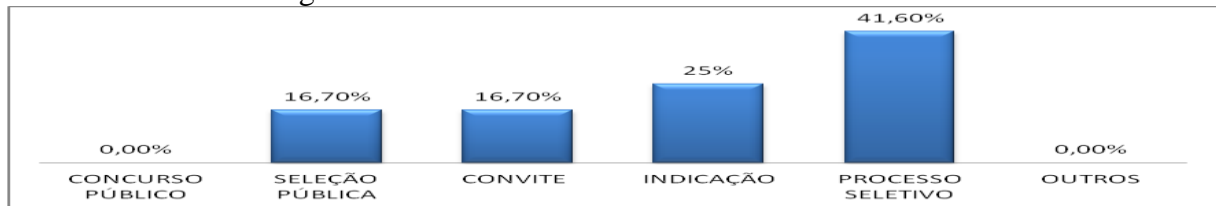
Sobre esse aspecto, Antunes (1999) reitera que a expansão do trabalho feminino tem sentido inverso quando relacionado ao salário, pois a sua crescente participação no mercado de trabalho vem acompanhado de uma remuneração inferior ao pago pelo trabalho masculino. Corroborando com o exposto, os dados do IBGE (2010) mostram que, em 2009, as mulheres recebiam remuneração em torno de 72,3% do rendimento recebido pelo sexo oposto. Em

¹³ De acordo com Sitcovsky (2010, p. 162) após um ano de implantação do SUAS, já haviam mais de 2.300 CRAS em funcionamento espalhado em todo território nacional.

2003, esse percentual era de apenas 70,8%. Percebe-se, também, que as relações de gênero, ainda, é um traço peculiar na profissão e na política de assistência social. Historicamente, as profissões relacionadas ao cuidado, ao trato e a reprodução das relações sociais são ligadas a mulher, e isso não alterou em relação à assistência social.

Feitas essas observações, partimos agora para a análise da forma de ingresso das assistentes sociais nos CRAS no município (Gráfico 3).

Gráfico 3: Forma de ingresso dos assistentes sociais nos CRAS



Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

Esta pesquisa revela que, embora este serviço socioassistencial seja a porta de entrada do Sistema, compondo a proteção social básica, previsto na LOAS, no seu artigo 6º, alterado pela Lei 12.432, de 11 de julho de 2011, que finalmente reconhece o SUAS legalmente, desde que foi criado, em 2004, não realizou nenhum concurso público, uma vez que 41,60% submeteram a algum processo seletivo, 16,70% inseriram através de seleção pública, 25% por indicação e 16,70% através de convite. Contudo, a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 37, inciso II, destaca que o ingresso em cargo ou emprego público depende da aprovação em concurso público de prova ou de provas e títulos, conforme a natureza ou complexidade do cargo. Além do exposto nos dados desta pesquisa, percebe-se que a não realização de concurso público é predominante, também, nos demais serviços socioassistenciais que compõe o SUAS na Paraíba, pois segundo Davi, et al (2012), apenas 4,2% dos assistentes sociais que ingressaram em algum dos serviços/programas/projetos assistencial foram através de concurso público, o que fere a Constituição, a NOB/RH-SUAS (2006) e, consequentemente, fragiliza os serviços. Além disso, o dado de 46,70% referente aos que ingressaram nos CRAS através de indicação ou convite indica a persistência da cultura de “patrimonialismo, clientelismo e favor”, como ressalta Behring (2003, p. 240).

Além do exposto, importa ressaltar à nova edição da campanha lançada pelo conjunto CFESS-CRESS, no dia 31 de outubro de 2012, “Concursos Públicos para Assistentes Sociais: curta essa ideia!”¹⁴. A campanha defende a realização de concurso público, posto que este garante acesso amplo às vagas no serviço público; possibilita a realização de prova de

¹⁴ Disponível em: http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=872. Acesso em: 14/12/2012.

conhecimento igual para quem se submete à prova, fato que inviabiliza o clientelismo, além disso, garante que esses profissionais tenham estabilidade e direitos trabalhistas garantidos e fortalece a autonomia profissional e defesa por melhores condições de trabalho (CFESS, 2012).

Percebendo que a forma de ingresso dessas profissionais não se deu através de concurso público, importa analisar o vínculo empregatício das mesmas, posto que o percentual de contratos por tempo determinado, conforme gráfico abaixo, demonstra a não estabilidade dessas trabalhadoras em seus postos de trabalho.

Gráfico 4: Vínculo empregatício do assistente social



Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

Nesse sentido, embora os CRAS venham sendo implantados desde 2004, no município, a forma de ingresso e o vínculo empregatício dos assistentes sociais neste serviço socioassistencial, revelam uma expansão do mercado de trabalho precarizada. É visível que o trabalho é desvalorizado e alienado no capitalismo; dessa forma, essa precarização abarca o conjunto dos trabalhadores neste modo de produção social, e não apenas os assistentes sociais. É nesse sentido que Boschetti (2011, p. 559) ressalta a ampliação e expansão desta política¹⁵ como mercado de trabalho para assistentes sociais se dá de uma forma que “não [...] garante as relações e condições de trabalho defendidas pelo Serviço Social brasileiro nos últimos trinta anos com base no Projeto Ético, Político profissional”. Dessa forma, analisando os dados do gráfico 4, observa-se 100% das formas de vínculo empregatício são contratos por tempo determinado, o que obstaculariza a operacionalização da NOB/RH/SUAS¹⁶ (2006), principalmente no que diz respeito a defesa da garantia da “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores no SUAS e o fim da terceirização” e as diretrizes nacionais para os Planos de carreira, cargos e salário (PCCS). Esta tendência é ratificada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011), ao expor, os resultados do senso CRAS,

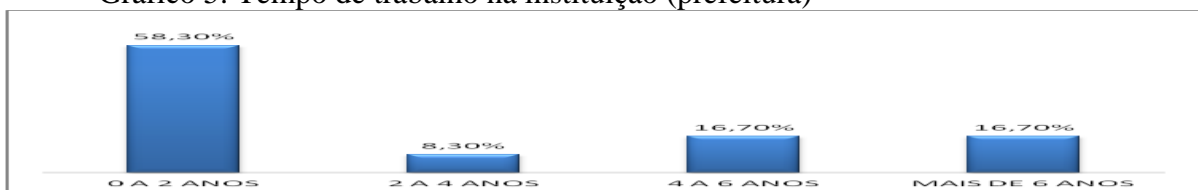
¹⁵ A autora salienta serem o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) as políticas que mais absorvem assistentes sociais nas três esferas de governo.

¹⁶ A NOB-RH/SUAS foi elaborada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução nº130, de 15 de Julho de 2005. A mesma visa à consolidação da Assistência Social como uma política pública e à garantia da ampla participação da sociedade civil na sua consolidação

onde revela que 62,6% dos trabalhadores do CRAS têm vínculos não permanentes com o serviço (contratações temporárias, terceirizados, CLT e outros). Nesse sentido, o fato de seus vínculos empregatícios não serem estáveis acarreta para o profissional a perda direitos trabalhistas como FGTS, 13º salário, Férias, ingresso no PCCS e desmobilização da categoria (filiação no sindicato, participação em movimentos dos trabalhadores, etc) posto que o receio de perderem seus postos de trabalho e o volume de profissionais no “exército assistencial de reserva” (IAMAMOTO, 2010) pressiona o trabalhador a submeter-se a condições precárias de trabalho.

Após observar que o vínculo empregatício das assistentes sociais dos CRAS em Campina Grande-PB, são contratos por tempo determinado, importa analisar o tempo de trabalho na instituição (prefeitura) e nos CRAS, para observar há rotatividade nos postos de trabalho, característica do atual modelo de produção.

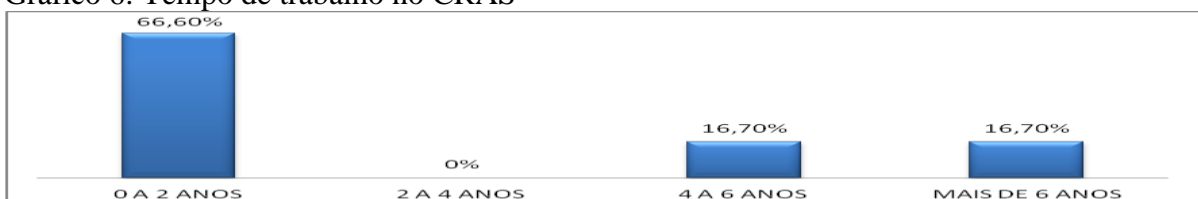
Gráfico 5: Tempo de trabalho na instituição (prefeitura)



Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

O gráfico 5 expressa um percentual significativo de assistentes sociais (83,30%) que ingressaram na Prefeitura, nos últimos seis anos, período de implantação do SUAS, destacando que 58,30% ingressaram há dois anos, período da expansão dos CRAS, como revela o gráfico 2. Este dado se torna ainda mais expressivo se comparado ao gráfico 6, sobre o tempo de trabalho no CRAS, visto que 66,60% dos assistentes sociais que trabalham no CRAS estão atuando num período que compreende a implantação deste serviço, sendo que 58,30% ingressaram há dois anos. Estes dados, somados a não realização de concurso público, expressam que a rotatividade não ocorre apenas no serviço, mas, também na instituição, posto que 83,30% estão trabalhando no serviço em um período que vai até a seis anos.

Gráfico 6: Tempo de trabalho no CRAS

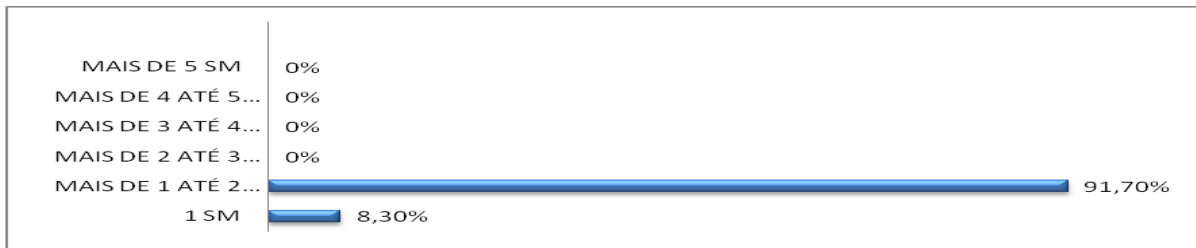


Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

Nesse sentido, vivencia-se uma ofensiva ainda maior aos direitos da classe trabalhadora, atingindo particularmente o trabalho profissional do assistente social, posto que essa dinâmica de precarização (insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários) afeta arduamente o trabalhador assalariado.

Realizadas essas considerações, cabe analisar outro indicador, que revela a precarização nas relações de trabalho dos assistentes sociais no SUAS: o salário, posto que conforme Iamamoto e Carvalho (2008, p. 99), o abatimento do piso salarial é um dos mecanismos utilizados pelo capital para aumentar sua lucratividade e que tem, como consequência à classe trabalhadora, o acréscimo da taxa de exploração dos trabalhadores e, conseqüentemente, a redução de seu nível de vida.

Gráfico 7: Salário



Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

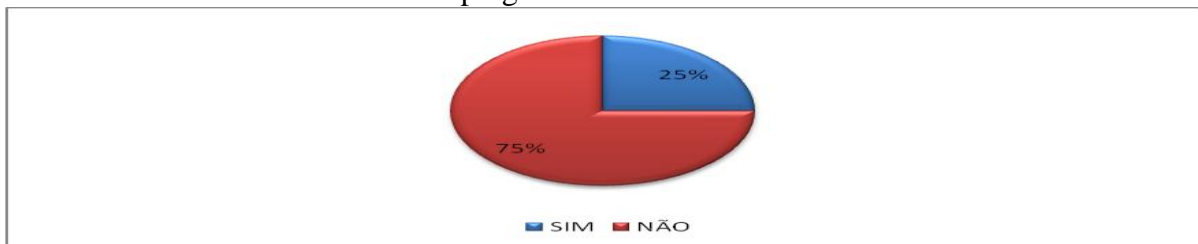
Podemos constatar, de acordo com o gráfico 7, uma remuneração muito baixa, uma vez que todos recebem uma remuneração que varia de um até dois salários mínimos, sendo que destes, 8,30% recebe apenas um salário e 91,70% mais de um salário mínimo até dois. Esses percentuais confrontados com os dados do município de João Pessoa, revela que esta remuneração é predominante, pois 85,4% dos assistentes sociais dos referidos municípios percebem remuneração entre um e dois salários mínimos e 4,2% um salário mínimo, revelando a precarização das condições de assalariamento deste profissional, posto que essa remuneração não condiz com as exigências da formação de nível superior, bem como com suas atribuições.

Destaca-se, ainda, que a cesta básica¹⁷ em Campina Grande no mês de Novembro teve um acréscimo de 3,88%, chegando a custar R\$165,61, conforme dados do Procon Municipal

¹⁷ Essa Cesta Básica é composta de 22 produtos e o seu valor considera os menores preços encontrados no mercado e o consumo médio de uma família de quatro pessoas.

de Campina Grande¹⁸. Nesse sentido, percebe-se que a remuneração pode ser ínfima tendo em vista que os gastos deste profissional não se limitam apenas a cesta básica, que equivale 26,53% da remuneração do profissional que recebe um salário mínimo. É nessa conjuntura de rotatividade e baixa remuneração que Raichelis (2010, p. 758) afirma que “cresce o trabalho precário, parcial, temporário, bem como as diferentes modalidades de flexibilização de vínculos e de direitos”.

Gráfico 8: Possui outro vínculo empregatício



Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

Conseqüentemente, a baixa remuneração leva uma expressiva parcela de assistentes sociais deste serviço a buscarem outro emprego, como meio de complemento de renda. Nesse sentido, a pesquisa revelou que 25% destes trabalhadores possuem outro vínculo empregatício (Gráfico 8). É nesse sentido que Guerra (2010) afirma haver um acréscimo nos espaços laborais do assistente social de profissionais com mais de um vínculo empregatício, caracterizando o que ela denominou de “pluriemprego”. Nesse aspecto, Netto (2011) ressalta que uma das características mais expressivas da ofensiva do capital contra o trabalho é o eloquente discurso em defesa de formas precárias de trabalho (sem garantia social alguma), defendendo o emprego em tempo parcial, com vínculos de trabalho instáveis, que na verdade leva o trabalhador a ter que buscar outras ocupações como meio de complementar o pífio salário. Assim, o “pleno emprego” característico dos “anos dourados” é substituído pelo trabalho flexível, instável, e este é disseminado pelos porta-vozes do capital como algo benéfico, posto que possibilita a expansão do mercado de trabalho, ampliado as oportunidades de emprego. Esse argumento é largamente desmentido se analisar o crescente desemprego nos países onde o trabalho foi flexibilizado (NETTO; BRAZ, 2011).

¹⁸ Disponível em:

http://www.proconcg.com/geral/layout.php?subaction=showfull&id=1352396485&archive=&start_from=&ucat=16& Acesso em: 23/11/2012

Gráfico 9: Jornada de trabalho semanal



Fonte: DAVI, J. ET AL, 2012.

Outro aspecto importante a ser analisado concerne à jornada de trabalho semanal. Acerca desse dado a pesquisa revelou que há um número considerável de profissionais nestes serviços que trabalham às 30 horas semanais, 92% do total (Gráfico 09), em cumprimento da Lei Federal nº 12.317/2010, que estabelece carga horária máxima de 30 horas¹⁹ semanais para as/os Assistentes Sociais sem prejuízo da remuneração. Entretanto, têm-se os dados apresentados pelo CFESS²⁰ acerca da região Nordeste: 33,16% dos assistentes tem carga horária de 30 horas semanais, percentual inferior aos 36,73% que trabalham com carga horária de 40h semanais. Com isso, percebe-se que Campina Grande não segue os percentuais apresentados pela região, posto que a predominância no município é da carga horária de 30 horas semanais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações tecidas neste artigo, acerca das relações de trabalho do assistente social nos CRAS, no município de Campina Grande, revelam um processo de precarização dessas relações de trabalho, levando em consideração que o nível salarial, a forma de ingresso, a forma de vínculo, a rotatividade, a jornada de trabalho e o duplo vínculo empregatício são características que se apresentam não apenas a esse trabalhador, mas a classe-que-vive - do – trabalho (ANTUNES, 2002), afetando, como esboçado, diretamente o assistente social, pois este está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho.

Tendo em vista as implicações das transformações do mundo do trabalho percebe-se, contraditoriamente, que o mercado de atuação do assistente social expande-se, mas, de forma precarizada e refuncionalizada. Uma expressão dessa expansão é a criação do SUAS em 2004, que permite uma ampliação dos espaços sócio ocupacionais que absorvem este

¹⁹ De acordo com Boschetti (2011, p. 582) “o dia 26 de agosto de 2010 ficará na história do Serviço Social brasileiro, pois foi quando Lula sancionou o PLC n. 152/2008” referente à jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução salarial, dos/as assistentes sociais.

²⁰ Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. acesso em: 15/12/2012.

trabalhador Entretanto, é uma expansão que ocorre, concomitantemente, a um processo de precarização das relações de trabalho e que ao mesmo tempo em que há a expansão desta política, há a privatização das demais.

Nesse sentido, a precarização do trabalho deste profissional no espaço sociocupacional estudado pode ser observado através forma de ingresso, posto que estes profissionais não entraram no serviço através de concurso público, mas de seleção pública, convite, indicação ou processo seletivo; do vínculo empregatício, visto que todos são contratos por tempo determinado; do salário, que varia entre um e dois salários mínimos e o percentual de trabalhadoras que possuem um outro vínculo empregatício.

Além do exposto, importa ressaltar a perda dos direitos consequentes do vínculo empregatício frágil, que impede, dentre outros direitos, o seu acesso ao PCCS. Com isso, é perceptível a constante quebra das legislações que garantem os direitos trabalhistas deste profissional, tanto no que concerne ao que preconiza a NOB/RH-SUAS e a Lei Federal nº 12.317/2010 como ao que expõe a Constituição Federal de 1988.

Raichelis (2010, p. 759) destaca que a precarização do trabalho, nesta política, especificamente, não diz respeito apenas à “gestão do trabalho”, mas, fundamentalmente aos modos de organização deste na sociedade vigente e das condições concretas em que se realiza.

Considerando os dados expostos neste artigo e a análise da bibliografia produzida acerca desta conjuntura, observa-se que a ofensiva do capital para com os ganhos da classe trabalhadora após a crise está atingindo frontalmente a/o assistente social. Nesse sentido, percebe-se há a precarização exacerbada do trabalho deste profissional nessa política, especificamente no espaço sociocupacional estudado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M.; GRANEMANN, S. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional**. Revista Katálisis, vol. 12, núm. 2, julho-dezembro, 2009, pp. 161-169.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In.: **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático** / Emir Sader, Pablo Gentili (Organizadores). 8ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Biotempo, 1999.

BEHRING, E. R. e BOSSETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

_____. Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos** / Elaine Rossetti Behring. – São Paulo: Cortez. 2003.

BOSCHETTI, I. **Condições de trabalho e a luta dos (as) Assistentes Sociais pela jornada semanal de 30 horas**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo 2011.

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

_____. Censo CRAS, 2009.

_____.MDS. Norma Operacional Básica, Brasília 2005.

_____. Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

CFESS. **Concurso público para assistentes sociais: curta essa ideia**. Brasília, CFESS: 2012.

DAVI, J. et al. **As configurações do trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios de João Pessoa e Campina Grande – PB**. Relatório Final de Pesquisa. Programa de Iniciação Científica. UEPB/CNPq, 2012.

DAVI, J. et al. **Expansão e precarização do mercado de trabalho do assistente social: a particularidade da inserção no SUAS na Paraíba**. ENPESS. 2012. In XIII ENPESS, Juiz de Fora-MG, 2012

FERNANDES, L. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In.:**Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático** / Emir Sader, Pablo Gentili (Organizadores). 8ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações de ensino público, privado e a distância. In: Revista de **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n.104. Cortez, 2010.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Ed. Loyola. 2011. São Paulo.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
< <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>> Acessado em Setembro de 2012.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 24ª ed. São Paulo, Cortez; [Lima, peru]: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, M. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS: 2009.

_____. M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social/ Marilda Villela Iamamoto. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. Capacitação **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Módulo I. Brasília. UNB, 2010.

MARX, K. A Lei Geral da acumulação capitalista. In: **O capital: crítica da economia política**: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico – político ao Serviço Social brasileiro. **As ideologias da contrarreforma e o serviço social** / organização: Ana Elizabete Mota. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. In.: **Serviço Social e sociedade**. Nº 87, ano XXVI. São Paulo. Cortez editora. 2006.

_____, A. E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Revista em Pauta**, nº 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica/José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

_____, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. In III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie” Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. In: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=102:civilizacao-ou-barbarie

_____, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS. 2009.

PAIVA, B. A. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In.: **Serviço Social e sociedade**. n. 87. São Paulo. Cortez editora. 2006.

PAIVA, B. A. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In.: **Serviço Social e sociedade**. n. 87. São Paulo. Cortez editora. 2006.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. In.: **Serviço Social e Sociedade**. nº .104.São Paulo. Cortez editora. 2010.

SALAMA, P. Para uma nova compreensão da crise. In.:**Pós-neoliberalismo**: As políticas sociais e o Estado democrático / Emir Sader, Pablo Gentili (Organizadores). 8ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SILVA, S. S. S. A política social brasileira na conjuntura da crise internacional. In.: **Seguridade Social e Saúde**: Tendências e Desafios. . DAVI, Jordeana, MARTINIANO, Claudia, PATRIOTA, Lucia Maria. (Organizadoras). Campina Grande: EDUEPB, 2009.

SITCOVSKY, M. Particularidade da expansão da Assistência Social no Brasil. In.: **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. MOTA, Ana Elizabete (Organizadora). 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.